



MUNICÍPIO DE SETÚBAL  
CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO N.º

11/2025

PROPOSTA

N.º

75/2025/DURB/GAPRU

Realizada em

07/05/2025

DELIBERAÇÃO N.º

306-2025

**Assunto:** Processo N.º 133/23**Titular do Processo:** FORCINGLINE UNIPESSOAL, LDA**Requerimento N.º:** 1659/25**Requerente:** FORCINGLINE UNIPESSOAL, LDA**Local:** RUA DO CASTELO 2 4 6 10 12 14 16 18 E 20**Freguesia:** UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SETÚBAL (SÃO JULIÃO, NOSSA SENHORA DA ANUNCIADA E SANTA MARIA DA GRAÇA)**O Técnico:** PEDRO MIGUEL ALMEIDA ANDRADE**Data:** 29/04/25

**PROPOSTA DE:** Licenciamento para obras de demolição/construção/alteração e ampliação de edifício habitacional

Nos termos do disposto do art.º 20º do DL n.º 555/99 de 16 de dezembro, com a redação em vigor (adiante designado RJUE), foram apresentados projetos de especialidades necessários à execução da obra de demolição/construção/alteração e ampliação.

Trata-se do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Setúbal, inscrito na matriz urbana sob o artigo n.º843, da União de Freguesias de Setúbal, com área coberta de 111,20m<sup>2</sup> e área descoberta de 90,14m<sup>2</sup>.

Por Deliberação em reunião de câmara n.º 17/2024 realizada em 10/01/24, foi aprovado o projeto de arquitetura referente à operação urbanística, devendo o requerente no prazo de 6 meses apresentar diversos projetos de especialidades.

Apresentados os projetos de especialidades, verifica-se que os mesmos se encontram devidamente instruídos.

Assim, face ao exposto, **propõe-se que a Câmara Municipal de Setúbal delibere**, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea y) do n.º 1 do art.º 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação em vigor, e nos termos do n.º 1 do art.º 5º do e art.º 26º do RJUE, **o licenciamento da operação urbanística**, condicionado, até ao pagamento das taxas, e:

- Ao cumprimento das condições impostas pela DGPC, quanto à continuidade do diagnóstico arqueológico determinado pela DGPC em sede de PATA, nos termos da informação arqueológica;

- À cedência de 20,73m<sup>2</sup> para passeio público da rua de São Filipe e à execução do passeio em calçada, dando continuidade ao existente, quer na rua de São Filipe, quer na Rua do Castelo.

Deverá o requerente proceder ao pagamento das taxas aplicáveis, apresentando para o efeito os elementos previstos no ponto 21 do III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, no prazo de um ano, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2 do artigo 71.º do RJUE.

A operação urbanística objeto de licenciamento é titulada pelo recibo de pagamento das taxas legalmente previstas, cuja emissão é condição de eficácia da licença, nos termos do n.º 1 do art.º 74.º do RJUE, cujas taxas urbanísticas previstas no Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal (RTORMS) são as seguintes:

**TRIU = 25120,33 €**

**Taxa piscina = 273,10 €**

**Mais-valia = 419,90 €**

E ainda as restantes taxas administrativas, aplicáveis ao procedimento

Mais se propõe a aprovação em minuta da parte da ata referente à presente deliberação, de acordo com o n.º 3 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, na redação em vigor.

O TÉCNICO



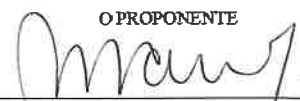
O CHEFE DE DIVISÃO

Rita Vilhena Barreiro

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO

José Ramalho de Sá Que

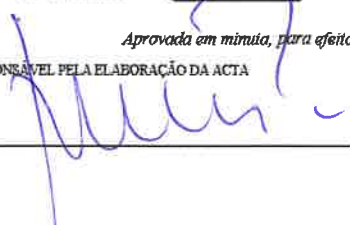
O PROPONENTE



APROVADA / REJEITADA por:  Votos Contra; — Abstensões; 11 Votos a Favor.

*Aprovada em minuta, para efeitos do disposto dos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.*

O RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DA ACTA



O PRESIDENTE DA CÂMARA

